

VIPASCA I:
UMA PROPOSTA DIDÁCTICA

Sandra Cristina Matos
António Carlos T. de Bettencourt

Numa tentativa de inovar o ensino do Latim, decidimos apresentar a seguinte proposta didáctica. Não marcaremos o nível a que se destina por ser esta uma decisão que deverá caber a cada professor, estando, porém, conscientes de que nunca poderá ser posta em prática num primeiro ano de estudos.

Assim, a nossa primeira preocupação foi seleccionar um texto que, obedecendo a este pressuposto, pudesse simultaneamente ser fonte de motivação para os alunos do Ensino Secundário e constituir um ponto de partida para a introdução de conteúdos civilizacionais e de correlação com o presente.

A escolha do texto deveria ainda obedecer a um outro pressuposto importante: teria que ser um texto autêntico, em verdadeiro Latim. De facto julgamos que, nos dias de hoje, será difícil fazer-se um trabalho sério na disciplina de Latim se continuarmos a insistir na utilização dos horrendos textos adaptados e forjados que povoam as nossas já tradicionais antologias. Aliás, em qualquer país em que o ensino do Latim esteja minimamente pensado e trabalhado, a utilização do texto autêntico é absoluta. Veja-se, a exemplo disso, os excelentes manuais que vêm sendo produzidos na vizinha Espanha. Textos autênticos existem, com os mais diversos níveis de dificuldade. Cabe ao professor responsável a sua busca e aplicação.

Após algum tempo de reflexão e pesquisa, decidimos centrar esta proposta num texto conhecido e que, em nossa opinião, poderá ter um bom aproveitamento didáctico: a tábua de bronze das minas de Aljustrel denominada *Vipasca I*. Desta seleccionamos apenas a parte que diz respeito ao uso dos balneários (*Balinei Fruendi*).

Descobertas em Aljustrel, em 1876 e 1906, as placas das minas romanas ocupam um lugar cimeiro como documento do género. A acrescentar à descoberta de poços mineiros da época romana em relativo bom estado de conservação, temos estas placas de bronze onde se encontram registados os regulamentos de funcionamento das minas e dos serviços a elas adjacentes. As placas, *Vipasca I* e *Vipasca II*, têm a particularidade de conter inscrições em ambas as faces, que permitem uma leitura quase segura das leis por que se regiam os povos mineiros da região de Aljustrel.

Hoje, a exploração do subsolo aljustrelense é, ainda que em perigo de o deixar de ser, uma realidade. A problemática levantada diariamente pelos meios de comunicação referente às minas de Aljustrel tornam-nas um assunto da actualidade.

Não nos compete aqui parafrasear estudos feitos sobre as minas de Aljustrel, interessa-nos, sim, realçar os aspectos que conduziram ao trabalho a que nos propomos. Deste modo, pareceu-nos ser mais interessante a terceira disposição, referente ao uso dos balneários, quer pela possível relação vocabular entre o Latim e o Português, quer por serem os banhos uma estrutura fundamental para a civilização romana. Outros motivos conducentes à presente escolha foram, ainda, o grau de complexidade do texto e o facto de este ser talvez o mais susceptível de motivar alunos do Secundário.

Iniciamos, pois, a nossa proposta por uma abordagem pouco usual: leitura de jornais. Como acima referimos, Aljustrel, no momento da redacção deste trabalho, encontrava-se no centro dos noticiários nacionais: discutia-se o encerramento das minas. Perante a gravidade de uma tal situação, que coloca em causa a sobrevivência de toda uma região, recordam-se as raízes, apela-se para a consciência histórica: Roma e os Romanos surgem, deste modo, como tema de muitas conversas a propósito das minas. A motivação será, pois, a actualidade do tema e a compreensão mais profunda do problema a partir do conhecimento das raízes desta região.

Se o primeiro jornal refere somente o problema na actualidade, o segundo (cf. Anexo III) fala das "distintas fases da exploração mineira desta zona". Neste momento, o aluno já deverá ter tomado consciência da

presença romana no território português e, especificamente, na zona de Aljustrel.

Conseguida a motivação, proceder-se-á à leitura do artigo de Ruy Freire d'Andrade, "A Lavra Romana das Minas de Algares e na Herdade do Montinho" in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Alta cultura, 1970, pp. 275-281 (cf. Anexo III). O aluno contactará, assim, com os processos subjacentes à lavra dos poços mineiros. De seguida, localizar-se-ão as tábuas de Aljustrel no espaço e no tempo. Ainda como motivação, visualizar-se-á a planta e corte de poços das minas, através de projecção de acetatos.

Concluído este momento, abordar-se-á o texto latino. Inicialmente, contudo, parece-nos fundamental criar um espaço de proximidade entre a visualização das placas e o texto objecto de estudo. Assim, para uma melhor compreensão do texto latino e da complexa organização do Império Romano, o aluno analisará as duas primeiras disposições de *Vipasca I* e, a partir da sua leitura crítica, tomará contacto com um discurso de tipo legal. Só então surgirá o texto latino.

Numa etapa inicial, proceder-se-á à leitura do texto com vista à apreensão do seu sentido global. Deve ser este o momento de, em diálogo professor/aluno, se empreender a descodificação do texto. Esta descodificação terá início com a identificação do assunto através da comparação entre o vocabulário latino e o português e posterior dedução do vocabulário desconhecido. A descodificação do sentido da primeira frase, *Balinei fruendi*, contribuirá para que aluno se aperceba de que está perante um conjunto de regras relativas ao uso dos banhos.

No momento seguinte, o aluno realizará o levantamento e posterior registo das pessoas verbais predominantes no texto. Como instrumento de trabalho, anexo ao texto, o aluno terá em seu poder uma ficha (cf. Anexo IV). Este levantamento servirá para que o discente tome consciência das estruturas subjacentes a um discurso jurídico-financeiro, encontre e hierarquize os habitantes/frequentadores do espaço referido no texto, e compreenda os deveres e direitos de cada um.

Em sequência, registar-se-ão os modos e tempos verbais predominantes e, a partir deste levantamento, o aluno verificará que o modo imperativo é utilizado para exprimir as obrigações e alinhará ainda, de modo sistemático, as disposições legais. No momento seguinte, o aluno elaborará um glossário do vocabulário jurídico e um glossário do vocabulário pertencente ao campo semântico da arquitectura termal. A partir do glossário jurídico, analisar-se-á, em paralelo, o léxico e discurso

latino, e o português (ex.: lat. *fiscus*, port. *fisco*). Por fim, o aluno poderá reconstruir as disposições legais do uso dos banhos.

Num terceiro e derradeiro momento, o aluno compreenderá que a Romanização não é apenas produto de uma superior organização administrativa, mas também de um perfeito domínio da arte e da técnica. De facto, como complemento do estudo linguístico do texto e em plena harmonia com este, os aspectos culturais a serem referidos irão desde a importância dos banhos na sociedade romana, até à arquitectura dos edifícios utilizados para esse fim.

Assim, proceder-se-á primeiramente à leitura do capítulo correspondente da obra de CARCOPINO, Jérôme, *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. De seguida, o exemplo mais ilustrativo de uma estrutura termal: projecção de diapositivos das termas de Caracala. Retomar-se-á então o glossário de termos de arquitectura para, durante a apresentação de um acetato com as estruturas termais, se elaborar a respectiva legendagem.

Por fim, há que fazer uma reflexão sobre o estudo desenvolvido, de forma a verificar se foram ou não conseguidos os objectivos propostos no âmbito da formação socio-cultural do aluno, despertando-lhe um olhar cada vez mais consciente para o mundo.

1º MOMENTO

Objectivos comportamentais:

O Aluno:

- Reflecte sobre o seu quotidiano;
- Lê criticamente um texto jornalístico;
- Relaciona o Presente com o Passado para que aprofunde a consciência do mundo e do momento em que vive;
- Conhece aspectos gerais da história da exploração mineira na região de Aljustrel;
- Integra a problemática económica das minas nos primórdios da sua exploração;
- Encontra/reencontra as raízes romanas da exploração mineira de Aljustrel;

- Percepciona alguns dos princípios básicos que presidiram à exploração das minas, no tempo da ocupação romana;
- Visualiza aspectos da construção dos poços;
- Conhece processos subjacentes à lavra dos poços vipascenses;
- Localiza as tábuas de Aljustrel no espaço e no tempo;
- Compreende a importância do sítio arqueológico de Aljustrel.

Actividades e recursos:

- Distribuição de material policopiado (recortes de jornais):
 1. AAVV., "Aljustrel Cria Grupo de Pressão" in *Correio da Manhã* de 22/04/93 (cf. Anexo II).
 2. AAVV., "Mina de S. Domingos Espaço Arqueológico Único no País" in *Vento Novo* de 16/09/92 (cf. Anexo III).
- Leitura crítica do documento 1 (*Correio da Manhã*).
- Leitura do artigo do jornal *Vento Novo*.
- Diálogo Professor / Alunos sobre os temas abordados nos artigos.
- Distribuição de uma reprodução do artigo: Ruy Freire d' Andrade, "A Lavra Romana das Minas de Algares e na Herdade do Montinho" in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, pp. 275-281.
- Leitura do documento distribuído e visualização da planta e corte de poços nas minas de Vipasca – reprodução em acetato.
- Diálogo Professor / Alunos sobre o sítio arqueológico de Aljustrel.

TEMPO: 1 aula.

2º MOMENTO

Objectivos comportamentais:

O Aluno:

- Conhece, através de reprodução, as tábuas vipascenses;
- Percepciona aspectos da estrutura das tábuas de Aljustrel;
- Reconhece as tábuas de Vipasca como um documento singular da vida económica dos Romanos em Portugal;
- Reconhece nas tábuas um discurso do tipo legal;
- Compreende a inscrição *Vipasca I* como parte de uma complexa rede administrativa do Império Romano;
- Descodifica o texto da disposição legal referente ao uso dos banhos;
 - lê fluentemente e com clareza o texto latino;
 - apreende o sentido global do texto;
 - regista o vocabulário conhecido ou cujo significado pode ser deduzido do vocabulário português;
 - percepciona o texto como um conjunto de disposições legais referentes aos banhos;
 - regista as estruturas linguísticas subjacentes ao discurso jurídico;
 - distingue no texto a presença de diferentes pessoas verbais – 3ª do singular e 3ª do plural;
 - compreende que os deveres são enunciados no Imperativo Futuro;
 - enumera o vocabulário jurídico;
 - conhece diferentes formas de exprimir o tempo – complementos circunstanciais de tempo;
 - relembra conhecimentos adquiridos sobre o calendário romano;
 - faz o levantamento do vocabulário referente ao campo semântico da arquitectura termal;
 - percepciona raízes de palavras portuguesas do âmbito jurídico-financeiro.

Actividades e recursos:

- Apresentação de um acetato/diapositivo com as tábuas de Aljustrel.
- Diálogo professor/alunos sobre aspectos estruturais das placas.
- Distribuição do texto *Balinei Fruendi* in *Vipasca II* (cf. Anexo I).
- Leitura, pelo Professor / Aluno, do texto latino distribuído.
- Diálogo Professor / Aluno sobre o texto lido, conducente à descodificação do sentido global do texto:
 1. Identificação do assunto do texto (recorrendo ao vocabulário já conhecido e àquele cujo sentido se apreende a partir do léxico português).
 2. Compreensão do sentido da primeira frase – "Para usufruir dos banhos ou o uso dos banhos" – para a identificação do universo tratado no texto.
 3. Levantamento ou registo numa ficha das pessoas verbais predominantes (cf. Anexo IV).
 4. Estabelecimento da hierarquização social e função dos habitantes/frequentadores deste espaço.
 5. Registo dos modos e tempos verbais que predominam no texto.
 6. Elaboração de um glossário a partir do levantamento do vocabulário jurídico-financeiro (cf. Anexo V).
 7. Elaboração de um glossário do vocabulário pertencente ao campo semântico da arquitectura termal/balnear.
 8. Parelelo do léxico jurídico-financeiro latino (*Balinei Fruendi* in *Vipasca I*) com o português.
 9. (Re)construção das disposições legais do "Uso dos Banhos".

TEMPO: 3 aulas.

3º MOMENTO

Objectivos comportamentais:

O Aluno:

- Compreende que o fenómeno da Romanização se deve à cuidada organização administrativa a ele subjacente;
- Percepciona que a Romanização é igualmente um fenómeno produto de um domínio perfeito da arte e da técnica;
- Reconhece a importância dos Banhos na sociedade romana;
- Vê-se como herdeiro de um passado superiormente organizado e ainda determinante do presente;
- Desenvolve um olhar consciente para o mundo em que vive;
- Desenvolve o gosto pela preservação do património legado pelos seus maiores.

Actividades e recursos:

- Distribuição de material fotocopiado: Jérôme Carcopino, " O Passeio, o Banho e o Jantar" in *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 308-318.
- Leitura do documento distribuído.
- Visualização de diapositivos das termas de Caracala.
- Desenvolvimento e aplicação do glossário de termos da arquitectura elaborado no momento anterior.
- Apresentação de um acetato com as estruturas balneares/termais e respectivos nomes.
- Reflexão final sobre o estudo desenvolvido.

TEMPO: 1 aula

ANEXO I

(3) Balinei fruendi. Conductor balinei sociusue eius omnia sua impensa balineum, *[quod ita conductum habe]*bit in | pr(idie) K(alendas) Iul(ias) primas omnibus diebus calfacere et praestare debeto a prima luce in horam septim*[am diei mulieribus]* et ab hora octava | in horam secundam noctis uiris arbitrato proc(uratoris) qui metallis praeerit. Aquam in *[aenis usque ad]* summam ranam hypo|caustis et in labrum tam mulieribus quam uiris profluentem recte praestare debeto. Conductor a uiris sing(ulis) | aeris semisses et a mulieribus singulis aeris asses exigito. Excipiuntur liberti et serui *[Caes(aris), qui proc(uratori)]* in officiis erunt uel| commoda percipient, item inpuberes et milites. Conductor socius actorue eius *[balineum et instrument]*ta omnia quae | ei adsignata erunt integra conductione peracta reddere debeto nisi si qua uetustate c*[orrupta erunt]*. Aena quibus | utetur lauare tergere unguereque adipe e recenti tricensima quaque die recte debeto. *[Si uis maior per aliquod tempus impedi]* | erit, quo minus lauare recte possit, eius temporis pro rata pensionem conductor reputare debe*[to. Praeter]* haec et siquid | aliud eiusdem balinei exercendi causa fecerit, reputare nihil debebit. Conductor u*[ndere ligna]* nisi ex recisamini|bus ramorum quae ostili ideona non erunt ne liceto. Si aduersus hoc quid fecerit, in singul*[as uenditiones HS]* cente-nos n(ummos) fisco d(are) d(ebet). | Si id balineum recte praebitum non erit, tum proc(uratori) metallorum multam conductori quo*[ti]*ens recte praebitum non erit usque | ad HS CC dicere liceto. Lignum conductor repositum omni tempore habeto, quod diebus.....*[satis sits]*. |

Tradução*

Uso dos balneários:

O locatário dos banhos ou o seu sócio deverá, inteiramente às suas custas, aquecer todos os dias o balneário, que alugou até ao princípio das próximas Calendas de Julho, e de o pôr, da primeira à sétima hora do dia, à disposição das mulheres e, da oitava hora do dia à segunda hora da noite, dos homens, segundo a determinação do procurador encarregado das minas. Em relação à água, deverá encher as caldeiras de bronze até

* Tradução dos autores.

ao alto da rã e de a fazer correr abundantemente na banheira tanto para os homens como para as mulheres. O locatário cobrará por pessoa: aos homens, um meio-asse de bronze, às mulheres, um asse. Estão isentos os libertos e escravos imperiais que exerçam funções junto do procurador ou que beneficiem de privilégios, e também os jovens (impúberes) e soldados. Quando expirar o aluguer, o locatário, seu associado ou o seu agente deverão devolver em bom estado o balneário e todo o material que lhes foi confiado, excepto aquele que se danificou devido à sua antiguidade (seu uso constante). Todos os trinta dias, deverá lavar, raspar e impregnar de gordura fresca as caldeiras em uso. Se um caso de força maior impedir que, durante algum tempo, alguém se possa lavar convenientemente, o locatário deverá deduzir a soma proporcional à duração desse prazo. Fora este caso e o de trabalhos efectuados por terceiros para fazer funcionar os banhos, não deverá deduzir nada. O locatário não terá o direito de vender madeira, excepto ramos partidos, que não são bom combustível. Se agir contrariamente a esta determinação, deverá pagar por cada venda cem sestércios ao fisco. Se este balneário não for cuidado como convém, o procurador terá o direito de infligir ao locatário, por cada dia, até 200 sestércios de multa. O locatário terá sempre uma reserva de madeira suficiente para ...dias.

ANEXO II

ALJUSTREL CRIA GRUPO DE PRESSÃO - A favor das Pirites

A Câmara Municipal de Aljustrel não quer que o Governo encerre a empresa Pirites Alentejanas. Com esse objectivo, realizou esta semana uma reunião com a população com o objectivo de constituir um grupo de pressão junto do Executivo.

De acordo com o presidente da autarquia, José Godinho, a comissão constituída, que irá solicitar uma reunião urgente com o governador civil do distrito, é "representativa de todos os sectores do concelho, uma vez que a empresa é vital para Aljustrel". A sociedade emprega 420 trabalhadores, o que representa um rendimento directo no concelho de quase um milhão de contos.

O responsável máximo do município sustenta que o encerramento da mina "é um problema de Estado porque toda a actividade económica concelhia está dela dependente". "O Governo deve tomar as medidas que viabilizem a empresa, não sendo prudente considerar o seu encerramento,

um facto consumado, existindo, mesmo, dúvidas quanto à validade da aplicação da "lay off", acrescenta José Godinho. Se esta medida for avante, a laboração da Pirites Alentejanas ficará reduzida a 10 por cento, apenas para manutenção do equipamento.

A administração da empresa apresentou recentemente aos trabalhadores uma proposta de aplicação do "lay out" que entraria em vigor, a partir do primeiro dia do próximo mês de Maio, e por seis meses, num compasso de espera pela melhoria dos preços de mercado do chumbo e do zinco.

De acordo com Manuel Baltazar, presidente do Sindicato Mineiro, "o Governo investiu na empresa, há cerca de dois anos, 18 milhões de contos, mas desde o princípio que houve erros de montagem de engenharia de detalhe".

Correio da Manhã, 22/4/93, p. 17

ANEXO III

MINA DE S. DOMINGOS ESPAÇO ARQUEOLÓGICO ÚNICO NO PAÍS

Integrado na semana Alentejana, realizada pela Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos, uma colectividade de Sacavém, que anualmente organiza uma série de iniciativas tendentes a dar a conhecer as características e problemas da sua região, que "Vento novo" noticiou na sua edição de 4 de Setembro, teve lugar a fechar o programa de actividades, uma interessantíssima conferência do prof. Cláudio Torres (...), subordinada ao tema "Mina de S. Domingos, passado e futuro".

Diz o conferencista que é um património arqueológico único no país e no mundo, embora no estrangeiro existam exemplos semelhantes que no entanto têm menos importância histórica e monumental.

O relato dos acontecimentos que nos é feito pelo prof. Cláudio Torres é elucidativo quando nos lembra: "A história da Mina de S. Domingos está intimamente ligada a Mértola, cidade cuja criação se deve por ser uma zona mineira fundamental em épocas pré-romanas".

"Na Mina de S. Domingos a mineração atingiu o seu apogeu nos anos 60. Não se trata aqui dos ingleses terem fechado ou não a exploração. Se não fechassem em 1965 fá-lo-iam em 1970. Foi o final de um período".

Mina de S. Domingos não é território nacional...

A Mina é hoje uma estrutura habitacional com cerca de 800 habitantes, tem um passivo histórico importante mas insolitamente não é território nacional e não é, portanto, possível fazer ali uma intervenção directa, seja por parte da Câmara ou outra entidade local, mas a administração central pode e deve fazê-lo, porque é quem desde há muito beneficia dos impostos pela exploração da Mina e compete ao Estado arcar com as consequências."

"Está provado que não há possibilidade de resolver este problema patrimonial a nível local. As várias tentativas da Autarquia para a resolução de pequenas coisas são tudo remendos que não resolvem nada. Tudo tem que passar por uma acção directa do estado que é o responsável e o único herdeiro dos benefícios."

A exploração mineira da região de Mértola (Prof. Cláudio Torres)

"Mértola tem mais de 2000 anos de existência. Toda a região, que vai até às minas de Rio Tinto, em Espanha, era riquíssima em metais preciosos, e não só em cobre, mas principalmente em ouro e prata."

"Houve fases distintas na exploração mineira desta zona. Primeiramente as pequenas comunidades de pastores e agricultores faziam a exploração, perto das suas casas, de jazidas à superfície, indo vender o ouro ao Porto e a Mértola que a pouco e pouco se desenvolveu. A exploração da grande mineração localizada começou a surgir só na época romana, em Aljustrel e na mina de S.Domingos."

"Foi uma forma de exploração em que havia um grande aparato militar, com quartéis e tropas onde existem jazidas. Trouxeram de vários portos do Império Romano milhares de escravos (homens, mulheres e crianças) para explorar as minas."

"A exploração romana era feita em troços verticais, com grandes galerias horizontais que partiam desses poços. Todas as minas ganham quantidades de água e para tirá-la cá para fora os Romanos construíram engenhos de madeira, uma espécie de noras com enormes rodas puxadas por mulas e até por escravos fazendo subir a água de plataforma em plataforma, com centenas de rodas em funcionamento."

"Esta foi uma estrutura que modificou completamente todo o Baixo Alentejo e deu uma grande riqueza à zona criando uma espécie de grande aristocracia. Mértola seria impensável como grande cidade na época romana sem a importância mineira. É por isso que, hoje, Mértola é de certa forma o produto da grande riqueza mineira de toda a região."

"O controlo militar era feito na boca dos poços. Os escravos baixavam ao subterrâneo e lá viviam o resto da vida. Nunca mais de lá saíam. Levavam as mulheres e os filhos multiplicavam-se e aí morriam. Só recebiam comida se mandassem o metal cá para cima. Houve, portanto, uma grande concentração de milhares de pessoas no fundo das minas que não ultrapassavam os 25/30 anos de vida."

"A terceira fase da exploração mineira da região centra-se na época romana durante a qual há uma decadência do poder central."

"Desaparecem os grandes exércitos e torna a desenvolver-se a exploração das pequenas comunidades de pastores e agricultores. É por isso que nós hoje encontramos centenas de povoados abandonados – hoje já se conhecem para cima de mil. Portanto, na zona de Mértola, nos séculos IX, X e XI havia uma grande densidade populacional que vivia com um certo bem estar, ou seja, cada aldeia tinha o seu gado, as suas terras e dispunha também da sua mineração de superfície, que esgotou rapidamente o solo mas serviu para alimentar durante séculos pequenos povoados."

Esta região começa a decair a partir dos séculos XII/XIV e Mértola tem hoje pouco mais do que 1000 habitantes mas nessa altura era a cidade mais importante, maior do que Lisboa, Évora e Beja ."

No período da reconquista do reino de Portugal, Mértola está em decadência, abandonada por razões históricas e económicas. Pode lá encontrar-se, hoje, uma grande riqueza arqueológica porque não teve um desenvolvimento capitalista posterior. Em termos arqueológicos, Lisboa também é importante só que tudo está debaixo de uma grande cidade e não é possível escavar uma cidade inteira para encontrar a Lisboa romana."

A riqueza de Mértola está hoje no seu passado. Actualmente, o desenvolvimento cultural e turístico desta pequena vila é o seu fantástico passado, uma estrutura urbana de tradição mineira do século XIX porque as minas das épocas romana e islâmica foram destruídas pela exploração dos Ingleses, mas o que resta dessa grande mineração do séc. XIX tem uma recuperação possível."

AAVV, "Mina de S.Domingos Espaço Arqueológico Único no País",
in *Vento Novo*, 16/9/92

ANEXO IV

FICHA DE TRABALHO

1. Identifica as **peçoas verbais** predominantes neste texto, registando-as na respectiva coluna.
2. Faz corresponder às formas verbais um **nome**.

	Pessoas Verbais	Nome	Função / Classe Social
	Singular		
1 ^a			
2 ^a			
3 ^a			
	Plural		
1 ^a			
2 ^a			
	3 ^a (in officiis) erunt	procuratori	

3. A cada nome faz corresponder uma **função** (se estiver expressa) ou **classe social**.

ANEXO V

FICHA DE TRABALHO

1. Faz o levantamento do vocabulário jurídico-financeiro existente neste texto.
2. Regista-o na respectiva coluna.
3. Procura, agora, identificar o seu sentido. Regista-o na coluna correspondente.
4. Marca as semelhanças e diferenças entre o vocabulário latino e o português.

VOCABULÁRIO JURÍ- DICO-FINANCEIRO	SIGNIFICADO	SEMELHANÇAS/ DIFERENÇAS
Fisco	Tesouro, fisco, fazenda pública, parte da administração pública encarregada da cobrança de impostos	<i>Fiscus</i> > Fisco

Bibliografia

- AAVV, "Aljustrel Cria Grupo de Pressão", in *Correio da Manhã*, 22/04/93.
- AAVV, "A Romanização do Actual Território Português", in MATTOSO, José (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- AAVV, "Mina da S.Domingos Espaço Arqueológico Único no País", in *Vento Novo*, 16/09/92
- ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, col. "Historia Mundi", 4ª ed., Lisboa, Verbo, sd.
- CARCOPINO, Jérôme, *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa, Livros do Brasil, sd.
- CENTENO, Rui, "A Dominação Romana", in SARAIVA, José H. (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.
- DOMERGUE, Claude, "La mine Antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca", in *Conimbriga*, vol. XXII, 1983, pp. 5-193.
- FREIRE D'ANDRADE, Ruy, "A Lavra Romana das Minas de Algares e na Herdade do Montinho", in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1970, pp. 275-281.
- MAGUEIJO, Custódio, "A Lex Metallis Dicta (117-138 d.C.)", in *O Arqueólogo Português*, sér. 3, 3, 1969, pp. 125-163.